A educação na historiografia cearense

JOÃO ALFREDO MONTENEGRO*

1. Acentue-se de começo o registro feito por José Honório Rodrigues acerca de um ramo da investigação histórica ainda longe de alcançar um nível apreciável de desenvolvimento.

Não obstante pesquisas supervenientes, aquele registro continua válido e segundo o qual "a história da educação no Brasil ainda não foi escrita. Os estudos publicados sobre a evolução geral do ensino em seus vários graus carecem de pesquisa, desconhecem as fontes e repetem-se na compilação dos fatos sumariados".[1]

Tal acontece em grande parte em virtude do privilegiamento, até certo ponto abusivo, de áreas maiores da historiografia, como a da política e a da economia, e em razão da falta de uma plena integração da educação no conjunto da mesma historiografia.

Felizmente, como logo mais se verá, caminha-se atualmente para a superação dessa situação.

No Ceará, a história da educação, dadas essas notícias preliminares, não se alçou ao plano de uma visão geral e adensada dos diversos períodos, demorando-se geralmente em perspectivas aligeiradas apontando para sínteses frágeis ou simplificadas por demais.

Todavia, estudos nessa direção já despontam nos primeiros momentos da historiografia cearense, como algumas notas sobre a instrução em escolas oficiais na História da Província do Ceará, de Tristão de A. Araripe, sobressaindo o funcionamento, lá pelos idos de 1800, sob a autoridade da Côrte, de "cinco aulas de latim e cinco outras tantas primárias, em Fortaleza, Aquiraz, Icó, Viçosa e Sobral".

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] *Teoria da História do Brasil*, 1º. Volume, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 258.

Junta ainda a informação de que era muito ruim o estado "do conhecimento na capitania, apoiado tão somente nas escolas de leitura e de latim, por sinal poucas".[2]

Dados também sobre a instrução primária fornece-os o Senador Pompeu através do seu Ensaio Estatístico, dando conta do estado da capitania após a expulsão dos jesuítas, destacando a iniciativa do bispo de Pernambuco Dom José de Azeredo Coutinho, diretor geral dos estudos no território do bispado, criando cadeiras e fiscalizando-as sob o financiamento do subsídio literário.

Tal tem por data também o ano de 1800.

Escolas e professores são elencados pelo Senador, como existentes no ano de 1798.

Outros dados e referências são postos por ambos os autores citados, corroborando o mesmo teor de informação trazido a lume.

Igualmente assim procede o Barão de Studart, notoriamente em Datas e Fatos.

João Brígido, discorrendo sobre o mesmo assunto da instrução primária no Ceará, inaugura um componente sociológico digno de recapitulação.

Escreve ele:

> "O ensino daqueles tempos se ressentia da crueldade, que era peculiar aos homens de governo, e andava associada a toda idéia de mando. Os pais de família corrigiam seus filhos seviciando-os a chicote; os mestres faziam outro tanto por delegação deles e consenso universal. A escola inspirava horror aos rapazes e não era debalde. Além do castigo usual da palmatória e outros, havia o que se chamava 'tomar a cavalo'. Às costas de um rapaz, posto de quatro pés, ligavam o paciente e lhe flagelavam as nádegas com disciplina ou chicote! Eram os efeitos da máxima em voga – Litterae non intrant sine sanguine." [3]

[2] Tristão de Alencar Araripe, ob. cit., p. 127 e ss., edição de 1867.

[3] *Ceará (Homens e Fatos)*, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 259.

Dessa maneira, formava-se uma cultura da violência, e a ponto de o mesmo João Brígido escrever que "a escola fundava a cadeia, dispondo ao crime".[4]

Eis uma triste constatação de algo que manchava o processo educacional, invertendo-o por assim dizer, levando-o a um ponto máximo de degradação. Algo que se relaciona com um estado generalizado de aviltamento da pessoa humana.

Passa-se agora a comentar os melhores trabalhos sobre a história da Educação, naquela linha sublinhada de início.

O primeiro deles é Instrução Pública Primária do Ceará. Regime colonial - Regime monárquico - Regime republicano, de Sousa Pinto.[5]

Trata-se de uma produção bem fundamentada em elaborações anteriores, como a do Senador Pompeu, a de João Brígido, a do Barão de Studart, cotejando-as e tirando daí uma conclusão pessoal.

Contribui, de fato, para melhor percepção do tema.

Guilherme de Sousa Pinto caracterizou-se pela aplicação de dados estatísticos, não só nesse caso da instrução pública, como também em eventos, em situações que traduzem outras iniciativas na história do Ceará.

Por outro lado, ele efetua análises clarividentes sobre diversos pontos da temática abordada.

Demora-se mais no regime republicano, tecendo observações oportunas.

Assim, faz restrições a afirmações correntes sobre "as condições vexatórias do erário público", entravando o crescimento do ensino público.

Relata o mau aproveitamento do dinheiro público nas escolas, em decorrência especialmente de "gastos supérfluos" direcionados para "dar pensão aos protegidos da política".[6]

[4] Ibidem, p. 260.

[5] Revista do Instituto do Ceará, tomo LIII, p. 63-110.

[6] Ibidem, p. 79.

Estabelece ligação entre a baixa freqüência nas escolas e a ausência de inspeção regular.

Preconiza a construção de mais prédios escolares, evitando que professores dêem aulas em suas casas.

Discorre competentemente sobre a reforma do ensino do Professor Lourenço Filho e os êxitos que alcançou.

Artigo de alto nível, de cunho biográfico, bastante elucidativo da personalidade e dos feitos do educador José de Barcellos, o escreveu Alba Valdez, figura de projeção no cenário cultural do Estado.

Tem por título Uma grande figura da história educacional cearense.[7]

Do mestre referido diz:

> "Pelo que sabemos, essa figura benemérita, o mais completo pedagogista cearense de seu tempo e um dos maiores de todos os tempos, pelo impulso dado à causa do ensino, libertando-o de vícios, deficiências e processos arcaicos para orientá-lo na realidade do tempo e do espaço, nas necessidades do meio ambiente, não tem gravado o seu nome numa rua nem sequer numa modesta escola, num grêmio literário estudantil, que relembre as fulgurantes cogitações que lhe formaram a maior parte da existência." [8]

Com efeito, nada exagerou a brilhante articulista em tudo que articulou a propósito do insigne pedagogo.

Expressou com habilidade a atuação do admirável mestre na direção da Escola Normal, nas disciplinas que ensinou no Liceu do Ceará, no jornalismo, sempre professando um elevado nível moral e intelectual, prestando grandes serviços à comunidade onde se inseriu.

Esteve ele na Europa, enviado pelo presidente Leão Veloso, entre outubro de 1881 e outubro de 1882, para "estudar os métodos e processos do ensino primário aplicáveis à Província".[9]

---

[7] Revista do Instituto do Ceará, tomo LXII, p. 166-179.

[8] Ibidem, p. 167. Para atualizarmos a citação, devemos lembrar que existem em Fortaleza uma escola (em Messejana) e uma rua (na Parquelândia) com o nome de José de Barcellos.

[9] Ibidem, p. 175.

O Regulamento da Instrução Primária do Ceará, de 12 de setembro de 1881, é um reflexo patente do que ali arrecadou em novos recursos pedagógicos, e aplicados mais ousadamente na Escola Normal, inaugurada em março de 1884.

Outro estudo meritório é o de Djacir Menezes, intitulado A Educação no Ceará - Repasse Histórico-Social (das origens coloniais a 1930). [10]

Aí o mestre cearense, portador de extraordinária cultura polimorfa, investe numa pesquisa interdisciplinar, envolvendo colocações oriundas da antropogeografia, da ecologia, da economia, da sociologia, da história, da antropologia e da Pedagogia, ensejando um enfoque mais rico do processo educacional.

É nesse contexto que a instrução primária ganha melhor redimensionamento.

Assim é que a encercadura política dos diversos períodos históricos, a legislação do ensino, a presença dos jesuítas (na Colônia), a política educacional, a situação do magistério, tudo se compõe no âmago de temporalidades específicas, fazendo emergir diversos fatores materiais e espirituais.

Daí se pode retirar uma cultura educacional que, insistentemente, atravessa aqueles diversos períodos.

Expõe Djacir:

> "A criação de escolas não acompanhou o desenvolvimento da massa social.
>
> "Mas, como notamos anteriormente, releva observar que a escola não se articulava com o organismo colonial em via de desenvolvimento, seqüestrada de suas necessidades práticas imediatas. Não fornecia ensinamentos úteis, permitindo a valorização do homem ...
>
> "Seriam precisos longos anos, república a dentro, para os dirigentes esbarrarem o bestunto nesta elementaríssima verdade – e troar, de toda parte, o brado dos salvadores, pregando a boa nova ...". [11]

[10] Inserido in O Ceará, 1945, organizado por Raimundo Girão e Antônio Martins Filho.

[11] A Educação no Ceará, ob. cit., p. 144.

Não se descortinava o "alcance sociológico", continua Djacir, da escola primária. Afirmação essa, na verdade, de muita significação, atestando a sólida concepção educacional que alimentava.

Outro ensaio do mesmo mestre: – Diretrizes de Educação Nacional (1932) completa a sua obra no setor do ensino, e no qual são grifados "os problemas de desajustamentos dos órgãos de instruções no nordeste pastoril, acentuando a finalidade social da escola".

2. No ano de 2000 tem início nova fase da historiografia da Educação no Ceará com o livro João Hippólyto de Azevedo e Sá - O Espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará, Fortaleza, UFC Edições, 2000, de Maria Juraci Maia Cavalcante.

É uma monografia que inova na discussão dos pressupostos teórico-metodológicos da historiografia específica que aborda, no aporte de dados respeitantes ao lado até então obscuro da "Reforma Lourenço Filho", na peculiaridade da interpretação e do papel saliente de Joaquim Moreira de Sousa como "Historiador Oficial" da Reforma, no testemunho de João Hippólyto de Azevedo e Sá da presença de Lourenço Filho entre nós; na dilucidação da não inclusão de João Hippólyto no relato histórico da Reforma.

Quer-se admitir, porém, que o ponto alto da obra em análise concerne à tomada de conhecimento do arquivo pessoal do mesmo João Hippólyto, no qual, entre outros documentos, assoma a Memória Histórica da Escola Normal do Ceará do ano de 1912, de autoria daquele.

Trata-se de um precioso acervo documental cuja descoberta deve-se à Professora Maria Juraci Maia Cavalcante, acima referida, e que já começou a ensejar uma verdadeira revolução no entendimento de eventos cruciais da História da Educação no Ceará, relativamente aos primeiros decênios do século transato.

Agora aquela professora logra novo tento ao organizar História e Memória da Educação no Ceará, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2002.

É uma obra coletiva, atenta a uma problemática delicada e urgente, qual a do resgate da trajetória da Educação no Ceará,

desde os tempos imperiais, tão devotadamente exposta por pesquisadores competentes que sonham com mudanças substanciais nas estruturas sociais brasileiras a partir de um alongado processo de interpretação de valores, e a cargo dos mestres que compõem os três graus de ensino, de meios de comunicação, dos agentes sociais, de quantos investem no aperfeiçoamento de consciência operacional dos habitantes deste País, deste Estado.

Fala-se, de imediato, em termos de ampla perspectiva, considerando a premência de soluções, cada vez mais visualizadas de forma integrada, combinando o empenho pontual com a articulação de projetos de largo alcance.

Tal a exigência dos novos tempos, quando o individualismo vai cedendo lugar ao trabalho solidário, fortalecendo a convicção de que nada de rentável se elabora e se produz sem uma visão orgânica dos problemas e do instrumental de que se socorre, objetivando grandes transformações, toda uma operação de ajustes e reajustes que finalizam no crescimento humano, centrado prioritariamente nas pessoas.

A glória maior do sempre presente Paulo Freire consiste especialmente no reconhecimento e na recepção dessa convicção maior, instituindo um projeto libertador de notáveis conseqüências socioculturais e político-econômicas, inserindo o processo educacional em dimensões realmente funcionais, abertas ao efeito multiplicador.

Com isso ofereceu inestimável contributo à historiografia, ajuntando novos pilares a uma orientação teórico-metodológica que avança célere na reformulação da velha perspectiva factualista, aperfeiçoando os critérios de visualização da correlação passado-presente-futuro, tornando-a mais dotada de objetividade, cimentando os intentos sociais, dando mais vida ao complexo institucional, situando as pessoas em nível de elevada consciência, redimensionando os valores culturais.

Trata-se de algo que se vai fazendo impositivo nos dias correntes, possibilitando de logo a relação entre história, memória e política educacional a que se refere o professor Jorge Nagle. Uma postura já vivenciando aquela nova diretriz historiográfica,

através da qual a perspectiva histórica assume uma operacionalidade jamais vista antes entre nós, ensejando a plena articulação entre teoria e prática, emprestando aos projetos educacionais considerável consistência, porque tornados mais factíveis, mais sintonizados com a realidade do cotidiano, mais afinados com a dinâmica dos acontecimentos.

Verdade que não está de todo materializada no Ceará, em grande parte do Brasil, a nova concepção historiográfica, algo mais abrangente que cobre o espaço educacional, e de todo imprescindível aos que se detêm na história da educação.

É gratificante, porém, avaliar que mudanças importantes, já de algum tempo a esta parte, nesse setor, vêm ocorrendo, acompanhando também uma gradual mudança de mentalidade, por força sobretudo da quebra acentuada do renitente elitismo, que procede de longe, e ainda continua a ser o grande motivador de males sem conta em todas as esferas da vida nacional: um componente sociocultural, a manter forte resistência às mudanças que se fazem urgente para debelar os males avultados decorrentes das gritantes desigualdades sociais, com o cortejo de desestruturação da família, com o alto desemprego, com a violência, com toda sorte de prejuízos que infelicitam a nação.

A nova tendência historiográfica está atenta a essa problemática, e se posiciona contra o rígido divisionismo implantado pela história positivista, coisificando os fatos, despindo-os de sua encercadura estrutural, situando-os dentro de territórios fechados: história política, história econômica, história da educação etc.

Esta última é provavelmente a que apresenta entre nós o maior déficit de avanço, de realização, o que se deve em grande parte à departamentalização vigorosa de um esquema de ações ocorridas ao longo do tempo: reformas educacionais, emissão de leis e de regulamentos, fundação e desenvolvimento de estabelecimentos de ensino, gestos de abnegação e de cometimentos oriundos de vultos eminentes, de personalidades criativas, emprestando identidade adulta ou proeminente a períodos da história da instrução pública.

Assim, só se tem que se rejubilar com o lançamento de *História e Memória da Educação no Ceará.*

Os seus autores cometeram um grande tento ao romperem com a tradição de obras acanhadas ou de pequeno vulto, ainda sofrendo as limitações estimuladas pelo Positivismo, pela improvisação em grande parte, pela marginalização a que foi submetida a história da educação no Brasil, deixando de avaliar em profundidade situações reais, e de modo a afetar sensivelmente a elaboração e o bom andamento de projetos, de iniciativas criadoras, levando a uma corrosiva rotina do ensino, ao bloqueio de belas inteligências, ao desestímulo de criativas providências comunitárias.

Está-se diante de um trabalho pioneiro, em moldes modernizantes, preparando o advento de uma fase de maior consistência teórico-metodológica, realmente em perfeita sintonia com as novas conquistas da historiografia.

Quer-se crer que o referido trabalho inaugura uma postura nova nesse domínio do conhecimento, já prenunciando aquelas novas conquistas.

Assim é que se apresentam tendências contemporâneas no trato com o histórico, com a historicidade, quando se reúnem estudos de pequenas comunidades, de instituições isoladas, de mentalidades, de eventos políticos com pesadas repercussões no segmento educacional, e assim por diante. O que vem coadjuvar necessariamente pesquisas de maior densidade e abrangência, institucionalizando definitivamente a história da educação no Ceará.

São elaborações que dignificam a ciência de Heródoto, pelo pioneirismo com que se apresentam, cavando em terra virgem, pela abertura que oferecem a uma visão pluralista dos eventos, dos movimentos educacionais, das conjunturas políticas, das reformas educacionais aqui operadas, representando subsídios valiosos à historiografia cearense, agora indiscutivelmente enriquecida.

Na impossibilidade de referir-me a todas aquelas elaborações, limito-me a algumas delas.

Escola Normal do Ceará: Impasses de Criação e a Tônica Reformista(1884-1922), de Maria Goretti Lopes Pereira e Silva, cons-

titui apreciável apanhado de um acidentado percurso daquela instituição de ensino, no qual conjunturas políticas e sucessivas modificações de diretrizes de ensino coexistem, deixando em evidência expressivos nomes de reformadores, como os professores Amaro Cavalcanti e José de Barcellos.

Bem posta a passagem de "uma organização curricular de cunho universal e intelectualista" para outra de cunho profissionalizante.

Não se deixe de destacar o interessante artigo de Maria Juraci Maia Cavalcante, erudita e brilhante mestra, coordenadora do "Núcleo de História, Memória e Política Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará".

Trata-se de *Escola, Reforma e Modernidade: Por onde tem andado e o que tem achado a História Educacional no Ceará.*

Nele a autora faz, sob a égide do binômio tradição-modernidade, uma inteligente integração entre todos os trabalhos que compõem *História e Memória da Educação no Ceará.*

É também de se chamar a atenção para *Memória Social da Educação no Pirambu: uma Contribuição à História Educacional do Ceará*, de Lídia Eugênia Cavalcanti, em que a iniciativa da Igreja Católica, rejuvenescida no país pela criação, em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a acentuar ditames pragmáticos de justiça social, ganha relevo no campo educacional.

Merece citação o depoimento seguinte da autora:

> "Esse é o momento em que buscamos situar a memória educacional do Pirambu na história da educação cearense, podendo representar um importante papel de construção social e política, através da apropriação de saberes e experiências que, por muito tempo, viveram à margem da história oficial, regidos pelas desigualdades e diferenças existentes entre 'dominados' e 'dominantes', não sendo possível enquadrá-los nos saberes formais apreendidos na escola (p. 184)".

Sobressai, nesse depoimento, notável articulação entre problemas sociais, visualizando sensíveis diferenças de classe, marginalidade, e conteúdos de ensino. O que abre amplo leque

de discussões, questionando a formalidade a que se prende a escola, sugerindo todo um empenho por promoção social, pela reformulação das filosofias e das práticas das agências a serviço da comunidade ali existente, principalmente a encarnada na Igreja Católica, ela própria um cadinho de experiências de larga projeção, em demanda de uma vigorosa inculturação da fé, a partir da fundação da CNBB e dos resultados do Concílio Vaticano II.

Então, vai-se inferindo de imediato a forte afirmação da orientação interdisciplinar e pluridisciplinar em continuidade a pesquisas dessa natureza.

Orientação essa que desponta ainda de leve no livro em apresentação, mas que já se vislumbra em colocações tendentes a aprofundar as dimensões sociológicas e antropológicas da história da educação no Ceará.

O núcleo que dá sustentação a essa última é concitado a expandir o raio de sua atuação, sobretudo estreitando laços com o Departamento de História da UFC, estabelecendo programações comuns, assumindo projetos de pesquisas com a participação de agentes das duas áreas, em que a interdisciplinaridade é condição *sine qua non* de percepção enriquecida da temática.

Antropologia, Sociologia, Filosofia, Letras, Serviço Social, também são áreas universitárias a ingressarem nas cogitações daquele núcleo, alargando a mesma prática interdisciplinar e pluridisciplinar.

Sabe-se das grandes dificuldades a vencer. E aqui já surge um objetivo de pesquisa. Concerne tal a algo que brota da vivência cultural nordestina, e relaciona-se com o descaso pela pesquisa nos três graus de ensino. E completamente inaceitável na universidade.

Mais: aquelas dificuldades, quando até certo ponto vencidas, ainda deixam uma terrível inclinação ao isolamento, em nível individual ou grupal, retirando, em grande parte, a efetivação de potencialidades dos pesquisadores, dos projetos em que trabalham.

Vêem-se aí embaraços sem conta ao encaminhamento das poucas pesquisas ao plano da interdisciplinaridade/pluridisciplinaridade.

Afastando agora as digressões que, por vezes, iluminam mais o discurso que o fio condutor que o justifica, retorno ao comentário do livro *História e Memória da Educação no Ceará.*

Detenho-me sobre a explanação *O Liceu do Ceará e as Políticas Educacionais (1960-1975)*, de Júlio Filizola Neto.

É um caso típico de profunda conexão entre a história de educação e a história política, demandando o exercício interdisciplinar.

Compreende uma faixa temporal inserida quase de todo na vigência do regime militar, apresentando uma experiência típica de um autoritarismo, com nuances próprias, que inclusive não chegava a bloquear de todo a contestação ou a resistência aos reflexos da ditadura no tradicional estabelecimento de ensino.

Artigo de muito interesse é o que se desenvolve sob o título *O Movimento da Reforma Educacional de 1922 na Imprensa Cearense*, de Silvana de Sousa Pinho.

Nele a autora sublinha um aspecto pouco explorado de um tema, ou melhor dizendo, a repercussão externa daquela reforma num espaço sutil de elaboração ideológica ou de reprodução discursiva matizada.

A imprensa, naquele preciso ano, ainda estava distanciada do pragmatismo frio que hoje apresenta, mas continuava a exercitar uma forte influência, embora quase sempre despida do desejado realismo, porfiando "na 'construção' da reforma (na hipótese, a de 1922) e sua utilização como reprodutora de interpretações viciadas (p. 109)".

Situa bem a "neurose de mudança", alcançando a estrutura conceitual e os projetos materiais, no período compreendido entre o "final do século XIX e o início do século XX".

Então, realça o acompanhamento que a imprensa deu às reformas de 1911, 1918 e 1922.

Esta última merece maiores reflexões, destacando-se a figura ímpar de Lourenço Filho.

Valioso o entendimento da autora, reiterando a ausência daquele realismo, e segundo o qual havia "superdimensionamento da imprensa sobre a Reforma de 1922".

E a realidade autêntica é reposta por João Hippólyto de Azevedo Sá, diretor da Escola Normal por várias vezes, "no interregno de 1914 e 1962".

O mérito do trabalho em análise provém sobretudo de "situar a historicidade das mudanças, inovações e rupturas propostas, como meio de compreender a realidade social construída ou projetada" (p. 112).

Face a tudo o que foi exposto até aqui, finalizo dizendo que a obra *História e Memória da Educação no Ceará* inscreve-se no rol das que vieram para ficar, abrindo novos horizontes de pesquisa, esteada em atualizados procedimentos metodológicos, alimenta por suportes teóricos que se vão robustecendo numa progressão de análises em consonância com a reconstrução social tanto almejada.